

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALESSANDRA GASPAROTTO

“O TERROR RENEGADO”

UMA REFLEXÃO SOBRE OS EPISÓDIOS DE RETRATAÇÃO PÚBLICA
PROTAGONIZADOS POR INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÕES DE COMBATE
À DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1970-1975)

Porto Alegre
2008

ALESSANDRA GASPAROTTO

“O TERROR RENEGADO”

UMA REFLEXÃO SOBRE OS EPISÓDIOS DE RETRATAÇÃO PÚBLICA
PROTAGONIZADOS POR INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÕES DE COMBATE
À DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1970-1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre
2008

AGRADECIMENTOS

Ao longo da pesquisa e da escrita de uma dissertação, são muitos os percalços e as dificuldades encontradas. Felizmente, é ainda maior o número de pessoas que trilham conosco este caminho, nos auxiliando e partilhando também de nossas descobertas e alegrias. Nesse sentido, cabem aqui os merecidos agradecimentos.

Devo o maior agradecimento ao professor Benito Schmidt, por ter acreditado neste projeto de pesquisa e ter me acolhido. Sou grata pela orientação cuidadosa e inteligente, pelas discussões e pelo respeito que sempre demonstrou por minhas escolhas (tanto teóricas como profissionais), mesmo quando essas significaram não dar prioridade apenas a este trabalho. Agradeço pela amizade, pelo bom humor e, principalmente, por ele ter sido um grande professor – no sentido mais belo que esta palavra encerra.

Agradeço imensamente àqueles que se dispuseram a conceder as entrevistas que compõem esta dissertação. Suas histórias e memórias deram sentido à pesquisa aqui tratada. Espero, sinceramente, que este trabalho lhes faça justiça.

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim como do Departamento de História, pela contribuição na minha formação profissional e auxílio inestimável.

De forma especial, sou grata aos professores Enrique Serra Padrós e Luis Dario Ribeiro, pela sua dedicação ao magistério e pela postura de luta que sempre mantiveram em relação à defesa da universidade pública e à transformação da sociedade.

Às professoras que participaram de minha Banca de Qualificação, Carla Rodeghero e Maria Helena Weber, pelas contribuições que deram ao desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também ao professor Jeffrey Lesser, da Universidade de Emory (EUA), pela generosidade em compartilhar informações e fontes de pesquisa e pelo estímulo recebido.

Agradeço aos funcionários dos arquivos, museus e centros de documentação nos quais foram realizadas atividades de pesquisa ao longo do presente trabalho.

Aos jornalistas Nilson Mariano e Fernando Molica, também pesquisadores do tema, agradeço pela gentileza e pelas preciosas informações que comigo compartilharam.

A Taiara e Blankl, agradeço pela transcrição das entrevistas de história oral; à Vanessa e Carolina devo o auxílio inestimável na pesquisa das fontes de jornais e revistas. Agradeço a Marcelo, Blankl, Carol e Daniela pela leitura de partes dessa dissertação e pelas sugestões feitas. A Carol, devo um agradecimento especial, pelo auxílio inestimável na fase final de escrita e pela sua generosidade em partilhar fontes, livros e idéias.

Agradeço aos colegas do Colégio de Aplicação da UFRGS, em especial aos professores do Projeto Amora, ao Nilo e ao José Carlos, pelas parcerias constantes e, sobretudo, por partilharem da busca por uma educação transformadora.

Sou grata também aos colegas da Unioeste, pelo carinho com que me receberam no “velho oeste” paranaense, em especial a Blankl, Cris, Carla, Gilberto, Gustavo, Selma, Gabriel, Zen e Alexandre.

Nestes anos na Universidade, muitas amizades foram construídas. Sou grata a Joana, Rodrigo, Gabriel e Gabriela, companheiros de militância, pelas experiências compartilhadas na luta pela universidade pública e pelos laços de amizade que cresceram a partir delas. A Daniela, Marcelo e Vinícius, “equipe lua” do Projeto Memória, pela camaradagem, pelas risadas e pelo carinho que sempre se renova. Ao Mauro, agradeço pelos livros e pelas risadas. Aos colegas de Pós-Graduação, pelos debates, indicações de leituras e sugestões, mas principalmente, pela parceria e pela prazerosa convivência; em especial agradeço a Bruno, Camila, Clarice, Cláudia, Daniela, Jéferson e Jonas. Agradeço também a Alex, Camila, Cacá, Carol, Arthur, Daniel Caon, Fernando, Helder, Marcos e Samir pela amizade sincera e pelos bons momentos nas mesas de bar da Cidade Baixa.

A Cassiane, Ana, Kelli, Michele e Rafael, meus amigos de sempre, agradeço pelo afeto e pela certeza. Ao Rafa, sou também muito grata pela doce acolhida em São Paulo. Agradeço a Daniela, Graciela e Vanessa, amigas do coração, pelo apoio constante, carinho imenso e pelas boas risadas. À Dani, devo a experiência mais bela de amizade que já vivenciei.

Ao Guinter, agradeço pelo carinho e pela paciência com que participou/auxiliou nas diferentes etapas deste trabalho. Seu amor tem tornado cada dia da minha vida mais bonito.

À minha família, meus pais, João e Gerta, irmãs, Claci e Margot, e sobrinhas, Maiara e Laura, agradeço pelo incentivo, pelo entusiasmo e, sobretudo, pelo amor. À Glá, devo um agradecimento especial, pela leitura cuidadosa desta dissertação, pela transcrição de entrevistas, por estar sempre tão presente.

Por fim, dedico essa dissertação ao meu pai, que muito cedo teve de trocar a escola pelo trabalho duro da roça. Seu encanto pelo conhecimento e pela política embalou meus sonhos de menina e despertou – irreversivelmente - minha paixão pelo estudo da História.

A todos, muito obrigada

“Toda a memória é subversiva porque é diferente. Todo o projeto de futuro também (...). O sistema encontra seu paradigma na imutável sociedade das formigas. Por isso se dá mal com a história dos homens: pelo muito que esta muda. E porque, na história dos homens, cada ato de destruição encontra sua resposta – cedo ou tarde – num ato de criação.”

Eduardo Galeano
As veias abertas da América Latina

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar os processos de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de esquerda que combatiam a ditadura civil-militar no Brasil. Tais episódios, que passaram a ser conhecidos como *arrepentimentos*, tiveram início em maio de 1970, quando um grupo de cinco jovens ligados à Vanguarda Popular Revolucionária lançou dois manifestos, nos quais eles negavam a existência de tortura, elogiavam as principais obras do regime e faziam um apelo aos jovens para que não ingressassem na luta contra a ditadura. A partir daí, uma série de depoimentos passou a ser divulgada nos jornais e redes de televisão do país. Ao longo deste trabalho, busca-se analisar a trajetória dos militantes que protagonizaram estas retratações, na tentativa de conhecer suas histórias de vida e compreender como chegaram ao *lugar de arrependidos*. Objetiva-se, também, compreender como tais episódios estavam inseridos na lógica de repressão e propaganda do governo, e quais as mensagens presentes em suas declarações na época. Além disso, a partir da análise de entrevistas de história oral e outras obras de memória, procura-se discutir sobre as memórias que tais militantes elaboraram e elaboram hoje sobre os referidos episódios e examinar qual sua compreensão acerca das retratações por eles protagonizadas.

Palavras-chave: Ditadura – Retratações Públicas – Imprensa - Memória

ABSTRACT: This dissertation intends to analyze the public retraction processes protagonized by members of left-wing organizations which fought against the Brazilian civil-military dictatorship. Getting known as *regrets*, such episodes had beginning in May 1970, when a group of five young men bound to the “Vanguarda Popular Revolucionária” released two manifestos, in which they denied the existence of torture, exalted the regime main accomplishments and appealed the youth to not join the fight against the dictatorship. Thenceforth, several depositions begun to be published in Brazilian newspapers and television networks. Throughout this paper, we aim to analyze the course of the militants which protagonized this retractions, attempting to know their life stories and understand how they got to the *repentant situation*. Also, it intends to comprehend how such episodes were inserted in the government repression and propaganda logic, and which messages were present in their statements at the time. Moreover, from the analysis of the oral history interviews and other memory writings, it aims to discuss on the memories that the militants elaborated and still elaborate about the refered episodes and to examine their understanding regarding the retractions protagonized by them.

Keywords: Dictatorship – Public Retraction – Press – Memory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 “A caminho da reconciliação” - <i>As trajetórias dos militantes que protagonizaram retratações públicas</i>	23
CAPÍTULO 2 “ <i>Repúdio ao terrorismo</i> ” - A repercussão dos <i>arrepentimentos</i> na imprensa e as mensagens dos <i>arrepentidos</i>	106
2.1 “ <i>A campanha de difamação contra o Brasil no banco dos réus</i> ” – Denúncias de tortura e desrespeito aos direitos humanos no país divulgadas no exterior	122
2.2 “ <i>Os maus brasileiros</i> ” - A tentativa de desmoralização das organizações de esquerda	140
2.2.1 “ <i>A doutrina alienígena</i> ” – O Comunismo	142
2.2.2 “ <i>A Pátria ameaçada</i> ” - Os atentados à moral e aos bons costumes	148
2.2.3 “ <i>Terroristas enganam os próprios companheiros</i> ” – As críticas aos líderes e ao funcionamento das organizações que combatiam a ditadura	153
2.3 “ <i>O Brasil grande, livre e nosso</i> ” - O elogio ao governo Médici e às obras da ditadura	161
2.4 “ <i>Advertência à Juventude</i> ” - As tentativas de afastar os jovens da militância de esquerda	166
CAPÍTULO 3 “ <i>Marcados pelo resto da vida</i> ”- Memórias sobre os <i>arrepentimentos</i> , memórias dos <i>arrepentidos</i>	180
3.1 “ <i>Traidores, fracos, desbundados</i> ” - O lugar dos <i>arrepentidos</i> nas memórias sobre a ditadura no Brasil	181
3.2 “ <i>(...) A coisa modificou muito mais a vida da gente do que a história</i> ” - As memórias dos militantes que protagonizaram retratações públicas	196
3.3 O “ <i>Náufrago da Utopia</i> ”- As memórias de Celso Lungaretti	220
3.4 “ <i>Há certas coisas que eu havia esquecido mesmo, eu não fazia questão de lembrar</i> ” - Silêncio e esquecimento nas memórias dos <i>arrepentidos</i>	231
CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
FONTES CONSULTADAS	245
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248
ANEXOS	254

INTRODUÇÃO

Arrependimento. No dicionário significa o ato ou efeito de arrepender-se. Compunção, contrição. Insatisfação causada por violação de lei ou de conduta moral, e que resulta na livre aceitação do castigo e na disposição de evitar futuras violações.¹

As definições de arrependimento pressupõem o pecado e a culpa. Na grande maioria das religiões, o conceito de pecado exerce um papel fundamental no entendimento de que todas as vezes que o indivíduo realiza um ato de qualificação moral negativa, está se afastando de sua salvação. A fim de libertar-se do pecado, segundo preceitos cristãos, exige-se do pecador a confissão e o arrependimento.² Demonstra-se assim a disposição de viver vida nova; daí vem o acolhimento, a aceitação. O arrependimento gera mudança de hábito, mudança de sentido. Na religião, ao arrependimento segue-se o perdão.

Os *arrependimentos*³ tratados neste trabalho, no entanto, apontam para sentidos, significados e desdobramentos diferentes. Constituem-se em mais uma faceta de uma guerra travada entre os grupos que combatiam a ditadura civil-militar brasileira e os órgãos de repressão naqueles “anos de chumbo”, de sangue e de dor.

Nas páginas dos jornais e telas de televisão, os *arrependimentos* ganharam o significado de uma mudança radical de sentido e de ação: antigos militantes que lutavam contra a ditadura com armas na mão tornavam-se então defensores do regime. Nas celas dos presídios, no isolamento da clandestinidade ou do exílio, foram recebidos como traição. Alguns de seus protagonistas nunca foram perdoados.

Os *arrependimentos*, como foram chamados os episódios de retratação pública protagonizados por militantes de esquerda que combatiam o regime ditatorial, passaram a ser veiculados nos principais meios de comunicação do país a partir de maio de 1970. Nesta data, um grupo de jovens vinculados à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) foi apresentado a jornalistas brasileiros e estrangeiros e lançou dois manifestos, um endereçado aos jovens brasileiros e outro à opinião pública internacional. Nestes, os militantes negaram a existência de tortura sistemática nos porões da ditadura, elogiaram as obras do governo ditatorial e as

¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975. p. 139.

² ROSSI, Teodora. *Lexicon – Dicionário Teológico Enciclopédico*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 579 – 580.

³ As expressões *arrependimento* e *arrependidos* serão utilizadas neste trabalho sempre em itálico quando estiverem se referindo aos processos de retratação pública e seus protagonistas. Este cuidado gráfico se justifica porque tais expressões foram construídas pelo regime autoritário e pela imprensa da época. Continuam sendo utilizadas até hoje, por vezes de forma a desqualificar estes militantes, sem levar em conta o contexto em que essas retratações foram produzidas e as condições sob as quais muitos deles concederam seus depoimentos.

Forças Armadas, criticaram de forma intensa as organizações de esquerda e fizeram um apelo aos jovens, para que não ingressassem na luta armada.

Após esta primeira aparição, uma série de outros *arrepentimentos* foi divulgada na imprensa, principalmente nos meses de 1970 que se seguiram e ao longo de 1971. Aproximadamente 30 militantes, de diferentes origens e organizações, protagonizaram tais depoimentos, que continuaram a ser exibidos nas páginas dos jornais, embora com menor frequência e repercussão, até 1975. As retratações eram apresentadas na forma de manifestações públicas, entrevistas coletivas, cartas escritas “de próprio punho” e aparições em programas de televisão, além de declarações de arrependimento atribuídas a militantes por autoridades policiais e militares.

Como compreender estes processos? Quais razões explicam a exibição destes militantes em rede nacional? Para responder a estas questões, é preciso recuar no tempo e refletir sobre o próprio regime implantado a partir do golpe de 1964.

Naquela data, o então presidente João Goulart foi deposto, assumindo o governo uma junta militar que deu início a um longo período de ditadura. Nos momentos do imediato pós-golpe, a repressão atingiu os alicerces dos setores ditos subversivos, como os partidos políticos de esquerda, os sindicatos e o movimento estudantil, desmobilizando temporariamente as manifestações contrárias ao regime recém-inaugurado. Conforme Sader, em seu livro *A transição no Brasil*, as manifestações de contestação voltaram a ser articuladas a partir de 1966, principalmente no meio estudantil, e desencadearam uma nova fase de resistência, com a reestruturação de partidos e organizações de esquerda. Muitos desses grupos passaram à clandestinidade e adotaram a luta armada como forma de combater a ditadura.⁴ Esta aumentara ainda mais a repressão, inibindo qualquer forma de liberdade de expressão que não fosse ao encontro de seus interesses e do projeto de país que propunham construir, no período que ficou conhecido como os “anos de chumbo”. Impulsionado pelo “milagre econômico” do Brasil que “vai prá frente”, o regime perseguiu, torturou e assassinou inúmeros militantes de oposição.

A historiografia tem buscado identificar as características das organizações que adotaram a luta armada e de seus integrantes, compreender seus projetos para a revolução brasileira, conhecer e explicar suas práticas e as razões que levaram ao seu aniquilamento. Questiona-se se a luta armada surgiu como consequência do fechamento representado pelo Ato Institucional Número 5, ou se foi a sua existência e ações que pressionaram o governo a

⁴ SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 1990. p. 22 – 23.

partir para a repressão intensa. Discute-se, entre outras coisas, o caráter destas organizações clandestinas, sua formação, se podemos ou não enquadrá-las enquanto parte da chamada resistência democrática à ditadura.⁵ No entanto, há ainda muito por compreender sobre o processo de enfrentamento que estes grupos travaram com o regime então instituído, que resultou num doloroso saldo de centenas de mortos e *desaparecidos* políticos.

Neste combate, além da repressão, a ditadura lançou mão da via do convencimento. A propaganda foi uma das cartas fundamentais usadas no período pós-64 para buscar a estabilidade institucional. Ela foi utilizada e organizada de forma diferenciada nos sucessivos governos militares.

Castelo Branco apresentava certas resistências à criação de um órgão de propaganda, principalmente por temer relações que pudessem ser feitas entre este órgão e o extinto DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), surgido durante a ditadura do presidente Getúlio Vargas. As campanhas oficiais da época tentavam criar uma imagem positiva do governo, explorando a idéia de que a “Revolução” salvara o Brasil do caos (e do comunismo). No entanto, temerosos diante da baixa popularidade do regime, foi criado um Grupo de Trabalho de Relações Públicas a fim de melhorar tal imagem “e equacionar os problemas da comunicação social no Brasil, com vistas ao futuro governo.”⁶ Meses depois, o decreto nº. 62.119, de 15 de janeiro de 1968, instituiu a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), com a intenção de orientar a propaganda oficial e centralizar a atuação dos serviços de divulgação e de relações públicas dos diversos ministérios e órgãos governamentais. A AERP articulava-se com assessorias de imprensa nos estados e possuía sucursais no Rio e em São Paulo. Conforme Fico, em seu trabalho *Reinventando o otimismo – Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*, neste momento constituiu-se uma nova modalidade de fazer propaganda no país, “que se amparava nos modernos recursos oferecidos pelos meios de comunicação de massa e que absorvia e recriava padrões de comportamento,

⁵ Para mais informações sobre estas discussões ver, entre outros: FICO, Carlos. Algumas notas sobre historiografia e história da Ditadura militar. *Estudos de História*, UNESP, Franca, v. 8, n. 1, p. 69-90, 2001; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1990; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990; _____ & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993; _____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: Edusc, 2004; CRUZ, Denise Rollemberg. Esquerdas revolucionárias e luta armada. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

crenças, instituições e outros valores espirituais e materiais tidos como formadores da sociedade brasileira.”⁷

Foi então estruturado um forte esquema de propaganda, favorecido pela franca modernização dos meios de comunicação de massa no país e pelo expressivo aumento do poder de alcance destes veículos. Por adesão ao projeto instaurado em 1964, ou por estarem sob um controle bastante cerrado, praticamente todos os meios e recursos de comunicação foram utilizados na propaganda realizada oficialmente.

As mensagens falavam de unidade, de coesão em torno de objetivos de toda a Nação, de integração e de paz social. Procurou-se resgatar uma visão otimista do país, uma convicção de que os problemas nacionais seriam resolvidos devido as características inerentes ao povo brasileiro, enfocadas de maneira mítica.⁸ Por outro lado, buscava-se desqualificar qualquer forma de oposição ao regime, principalmente as organizações de luta armada. O governo empreendeu campanhas para desacreditar e desmoralizar a imagem destes grupos perante a opinião pública – a chamada “política do desarmamento psicológico” defendida pelo Presidente Emílio Médici.⁹ Em determinado momento, o regime utilizou-se dos próprios militantes destas organizações na implementação da referida campanha – estes ficaram conhecidos como os *arrepentidos*.

Estes processos de retratação pública foram abordados de forma tangencial em alguns estudos relativos à ditadura, principalmente por aqueles centrados nas temáticas da imprensa, da censura e da propaganda.

Beatriz Kushnir, no trabalho intitulado *Cães de Guarda* – jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988, trata da questão da censura no Brasil, tendo como foco de análise a relação entre os jornalistas e os censores. Segundo a historiadora, a estratégia de induzir militantes a protagonizar arrependimentos públicos fazia parte de uma teia montada para destruir as ações das esquerdas. Nas palavras de Kushnir,

“o intuito era afirmar, em cadeia nacional de TV, que ser oposição ao governo era um exercício realizado por pessoas que, arrependidas, expunham quão sem sentido era o combate. Destruir a imagem desses militantes diante da população em geral, fazendo da população um

⁶ AGUIAR, Hernani apud FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 90. Hernani d’Aguiar chefiou o escritório do então candidato a presidência Costa e Silva, e era seu secretário pessoal.

⁷ Idem, p. 100.

⁸ Idem. Primeiro capítulo: “Otimismo e pessimismo no Brasil”.

⁹ *Veja*, 15 de julho de 1970. p. 16.

aliado contra a luta armada, era, em primeira e última instância, o alvo.”¹⁰

Em seu livro *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento*, o historiador Gilvan Veiga Dockhorn afirma que, com as crescentes ações das organizações de esquerda, o medo do comunismo foi incrementado e associado ao temor da perda dos privilégios por parte de uma classe média recém-integrada ao mercado de consumo.¹¹ Esta concepção de inimigo interno impôs a remodelação da estrutura idealizada para a execução de uma estratégia de Segurança Nacional, no sentido de reforçar o aparato anti-subversão, e orientou também parte das ações da propaganda do regime. De acordo com o autor,

“a utilização do recurso da retratação pública – tratados na imprensa pejorativamente como os ‘arrepentidos’ compuseram mais um ato na disputa política. Antigos revolucionários passaram de contestadores a propagandistas do governo que pretendiam destruir e do regime que almejavam derrubar”¹²

Dockhorn divide estes depoentes entre aqueles que foram coagidos e aqueles que optaram espontaneamente por rever suas posições políticas. Para ele, a estratégia de *arrepentimentos* fazia parte da “guerra psicológica” que tentava desestabilizar os grupos guerrilheiros, a fim de demonstrar a superficialidade de seu compromisso ideológico e seu isolamento da população em geral. Servia também de estímulo à desistência de muitos jovens em ingressar nestas organizações:

“A apresentação de jovens ‘reconvertidos’ demonstrava como a subversão e violência infiltrava-se nas famílias, destruía lares, aliciava jovens e visava à destruição da sociedade como um todo. Também procurou expor a superficialidade do compromisso revolucionário, apresentando-os como devaneios da juventude de classe média.”¹³

Em seu trabalho, Dockhorn ainda analisa alguns destes depoimentos e parte das mensagens que os mesmos buscavam transmitir. Neste sentido, afirma que os primeiros casos de retratação visavam desqualificar as lideranças mais destacadas das organizações armadas, como Carlos Lamarca e Joaquim Câmara Ferreira. As declarações procuravam desmistificar a imagem do herói que luta contra o sistema, mostravam os “aparelhos” como locais minados

¹⁰ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 311.

¹¹ DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento 1964-1974*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 16.

¹² Idem, p.271.

pelo consumo de drogas e atos promíscuos, e visavam também prestar esclarecimentos no sentido de melhorar a imagem do país no exterior.

O jornalista Elio Gaspari, em *A Ditadura Escancarada*, o segundo de uma série de cinco livros que tratam do período, também aborda a questão dos *arrepentimentos*, como sendo “um novo produto, de natureza política e propagandística”. Segundo Gaspari, o uso da pressão policial para levar os presos a renegarem a sua conduta foi uma peça importante no desmantelamento de organizações armadas em diversos países do mundo. Cita o caso da Itália, onde,

“conjugada com uma reforma penal que ofereceu aos arrependidos três níveis de colaboração e de perdão, ela [a abjuração das condutas anteriores] viria a ser uma das armas mais poderosas da democracia italiana contra um surto terrorista muito mais virulento que o brasileiro, com 419 mortos, entre os quais um ex-primeiro-ministro, mais de mil feridos e quase 15 mil ações.”¹⁴

No capítulo *O Brasil difamado*, o autor trata os *arrepentimentos* como peças de uma reação do regime à publicação de notícias que denunciavam a tortura e o desrespeito aos direitos humanos no Brasil, prejudicando a imagem do país no exterior. De acordo com ele, “os ‘arrepentidos’ brasileiros não eram usados para atacar o terrorismo, nem sequer a subversão, mas a ‘campanha de difamação’ do país no exterior.”¹⁵

O livro do jornalista Nilson Mariano, *Operación Cóndor – Terrorismo de Estado en el Cono Sur*, também aborda os episódios de *arrepentimento*. Mariano afirma que:

“O Brasil matou menos, torturou menos e aprisionou menos que os outros sócios da operação Condor (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile). No entanto, os ditadores brasileiros foram insuperáveis na guerra psicológica e patrocinaram um dos episódios mais traumáticos e terríveis dos anos de chumbo: os “processos de arrependimento”, nos quais guerrilheiros eram levados à televisão para depor suas armas, renegar a esquerda e elogiar o governo militar.”¹⁶

Em sua pesquisa, o autor entrevistou alguns dos participantes destes processos, além de outros militantes de organizações de esquerda e um dos principais nomes do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, o delegado Pedro Seelig. Este último afirmou que os *arrepentidos* eram utilizados pelo governo, que se aproveitava do desejo dos mesmos de abandonar as organizações. Para o delegado, estes militantes eram muito jovens e

¹³ Ibidem, p. 272.

¹⁴ GASPARI, Elio. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 288.

¹⁵ Idem, p. 289.

entravam na guerrilha pensando que teriam carros e dinheiro, e praticariam ações armadas.

Ele afirma:

“Depois de entrar, já não podiam sair. As organizações não os deixavam. Então, quando eram presos, se arrependiam e contavam toda a sua militância. A maioria entregava tudo. Era muito fácil conversar com eles. Depois, as organizações inventavam que havia tortura, para desmoralizar os órgãos oficiais.”¹⁷

Embora os trabalhos citados apontem e analisem aspectos importantes relacionados aos processos de *arrepentimento* público, não há nenhuma obra histórica ou jornalística específica sobre o tema; faz-se necessário, então, uma abordagem que procure dar conta das múltiplas problemáticas e possibilidades de análise suscitadas pelo assunto.

O presente estudo se propõe a investigar os processos de *arrepentimento*, localizando-os no interior da estratégia de propaganda e de repressão governamentais. Objetiva-se contextualizar e refletir sobre o conteúdo dos depoimentos, e, neste sentido, entre outros aspectos, apontar quais eram os elementos preponderantes nas declarações dos referidos militantes e que idéias de país, de esquerda e de resistência estas tentavam disseminar. Busca-se igualmente investigar e analisar as trajetórias de tais indivíduos, na tentativa de recompor suas histórias de vida e compreender como a “roda viva” dos acontecimentos os levou ao lugar de *arrepentidos*. De forma especial, este trabalho tem a intenção de discutir a respeito das memórias dos referidos militantes, buscando compreender como a experiência vivida foi elaborada e é contada no presente.

Vale ressaltar que o objetivo inicial que pautou a realização desta pesquisa, estava centrado na análise das memórias dos *arrepentidos*. No entanto, diante da lacuna de trabalhos que analisassem com mais precisão os processos de retratação pública, tal objetivo teve que ser redimensionado. Para pensar as memórias, para contextualizá-las e interrogá-las, fazia-se necessário que antes se pudesse traçar um quadro geral destes *arrepentimentos*: identificar os militantes que participaram das retratações¹⁸ e refletir sobre suas histórias de vida, investigar quando os depoimentos foram veiculados, como foram expostos, que mensagens buscavam

¹⁶ MARIANO, Nilson. *Operación Cóndor – Terrorismo de Estado en el Cono Sur*. Buenos Aires: Ediciones Lolhé Lúmen, 1998. p.141. Tradução da autora.

¹⁷ Idem, p. 143.

¹⁸ Os trabalhos citados, especialmente a reportagem de Nilson Mariano, indicavam o nome de muitos destes militantes. Fazia-se necessário, no entanto, ampliar a investigação a partir de outras fontes primárias e contrastar diferentes reportagens da imprensa da época, no sentido de formar um quadro mais completo acerca destes episódios.

transmitir. Visando dar conta destas “tarefas”, a presente investigação teve início com uma busca destes personagens nas páginas dos jornais da época.

Alguns dos problemas que se procura responder ao longo da dissertação são:

- Quais eram as trajetórias dos militantes que foram a público retratarem-se em relação ao seu envolvimento na luta contra a ditadura? Por que motivações o fizeram? Como eram forjados ou negociados os processos de *arrependimento*? Quais as conseqüências que tais depoimentos tiveram em suas histórias de vida?
- Como estas retratações foram utilizadas pelo regime? Em que contexto foram produzidas? De que maneira se inseriam na lógica de propaganda e repressão da ditadura?
- Quais são as memórias destes militantes sobre a sua trajetória política? Qual a compreensão que eles expressam hoje acerca dos episódios de *arrependimento*? O que é dito? O que se cala ou se quer esquecer?

Para dar conta das questões elencadas, optou-se por dividir o trabalho em três capítulos, que serão apresentados abaixo, juntamente com algumas discussões sobre as referências teórico-metodológicas empregadas e as fontes utilizadas.

No primeiro capítulo, serão apresentados os militantes que protagonizaram os referidos processos de retratação pública, seguindo a ordem cronológica em que suas declarações apareceram na imprensa da época. A intenção deste capítulo é trazer elementos significativos para compreender as histórias de vida destes militantes, analisando sua origem social e familiar, trajetória política, as organizações a que pertenciam, o que disseram em suas declarações (ou o que foi dito em seus nomes) e o contexto em que tais depoimentos foram concedidos ou forjados. A partir desta análise, foi possível compor um perfil deste grupo e estabelecer as relações possíveis entre os militantes, suas organizações e os processos de retratação. Ao mesmo tempo, a investigação permitiu apreender as singularidades das experiências destes indivíduos e as diferenças presentes entre os episódios de *arrependimento*.

Para desenvolver este capítulo, foram utilizadas informações divulgadas na imprensa (na época e no período que se seguiu), livros de memórias de integrantes de organizações armadas, entrevistas concedidas à autora ao longo do desenvolvimento deste trabalho e bibliografia referente ao período, mais especificamente à temática da luta armada. Examinou-se igualmente documentos oficiais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do governo ditatorial, disponíveis no Acervo da Luta Contra a Ditadura¹⁹, situado em Porto

¹⁹ O Acervo da Luta Contra a Ditadura foi criado em 1999, durante os debates em torno dos 20 anos da Lei da Anistia, com a intenção de organizar um acervo histórico da luta pela democracia e das denúncias de violações

Alegre e no Acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social/ São Paulo (DEOPS/SP), localizado junto ao Arquivo do Estado de São Paulo. No primeiro, pouca documentação relativa ao assunto foi encontrada; apenas prontuários de militantes e informes internos contendo dados sobre as organizações de esquerda que atuavam no Rio Grande do Sul. No Acervo do DEOPS/SP, foram consultados prontuários, dossiês individuais e sobre grupos de oposição ao regime, cópias de interrogatórios, e solicitações e trocas de informações entre este Departamento e o Serviço Nacional de Informação (SNI). Nestas últimas fontes mencionadas, há vasto material sobre o movimento estudantil, cópias de panfletos e jornais clandestinos, informações sobre grupos e indivíduos, além de boletins do referido serviço de informações.

Maria Aparecida de Aquino destaca a importância e a contribuição deste acervo para o estudo do Brasil pós-64, afirmando que este possibilita o acesso tanto ao funcionamento de um importante instrumental de repressão utilizado durante o período, delineando assim a própria lógica do regime militar, como ao potencial e ao caráter da resistência implementada contra o Estado autoritário:

“Os relatórios dos ‘agentes infiltrados’ mostram a que eles estavam atentos e quais os seus procedimentos de vigilância e controle. Exibem, também, graças ao conhecimento, que, no exercício de sua função, precisavam adquirir em relação às pessoas/instituições/atividades que acompanhavam, o funcionamento e a lógica que ditava o seu procedimento. Além disso, o farto material apreendido nessa atuação repressiva fornece uma radiografia das diferentes expressões de oposição ao regime.”²⁰

Vale ressaltar, no entanto, que são necessários certos cuidados no uso das fontes produzidas pelos órgãos acima mencionados. Beatriz Kushnir, em seu artigo *Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP)*, chama a atenção para alguns limites deste tipo de acervo, uma vez que “entre a sua formação e a sua

dos direitos humanos cometidas durante o regime ditatorial. O Acervo conta com arquivos doados por pessoas e órgãos públicos, além da documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul encontrada nas delegacias regionais de polícia do interior do estado. Vale ressaltar que os arquivos do DOPS/RS foram incinerados em maio de 1982, dias após a extinção do referido Departamento. BAUER, Caroline. Arquivo-Morto ou Arquivos Vivos? Os arquivos da repressão das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional do Cone Sul. IN: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006. p. 128-129.

²⁰ AQUINO, Maria Aparecida de. Jornalistas/Militantes na mira do DEOPS/SP. IN: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme e SWENSSON JR, Walter Cruz (orgs.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001 (Dossiês DEOPS/ SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro; Volume 1). p. 179.

constituição como um arquivo, um longo período de abandono caracterizou o material.”²¹ A autora afirma que tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, a busca por uma organização desta documentação deu-se apenas a partir da posse dos governadores eleitos em 1982 e do fim da censura, proposta pela Constituição de 1988. No caso do acervo paulista, no entanto, este continuou sob a tutela da Política Federal do Estado até 1991, quando então foi transferido para a Secretaria de Estado da Cultura, e o Arquivo do Estado de São Paulo ficou encarregado de sua organização e preservação. Além disso, é necessário assinalar que tais documentos retratam os militantes e os cidadãos na forma como eram vistos pelos olhos da repressão. Segundo Kushnir, estes acervos

“Se por um lado, tem como objetivo identificar o ‘fichado’ no mundo, por outro, trata-se de um arquivo que explicita o universo do outro a partir da lógica interna do seu titular, ou seja, da perspectiva da Polícia. Assim, seu acervo permite tanto reconstituir uma história do ‘fichado’, a partir da perspectiva do agente policial, como a do ‘fichador’; mas a óptica que deve dirigir a consulta deve ser a do ‘fichador’. E esse modo como ele vê o mundo e o ‘fichado’ é o que compõe o material do Dops.”²²

Portanto, é necessário que essas fontes não sejam assumidas como a expressão da “verdade” a respeito das trajetórias dos investigados, mas problematizadas a partir da compreensão de que elas permitem, antes de tudo, “vermos como eles (os agentes secretos) viam.”²³ Também neste sentido, Negro e Fortes alertam que a fonte construída pela polícia é apenas mais uma fonte²⁴ e, como toda fonte histórica, demanda crítica e interpretação. Segundo eles, é preciso ter em mente que “o acervo DEOPS do DAESP não guarda uma mina de verdades puras e cristalinas, mas que, ao lado de outros acervos, constitui uma ótima oportunidade para o estudo e investigação.”²⁵

No segundo capítulo, serão abordados elementos que permitem pensar sobre a repercussão que as retratações públicas tiveram nos meios de comunicação e como tais episódios foram veiculados pela grande imprensa. Inicialmente, busca-se fazer uma análise a respeito da questão da informação e da comunicação no período, trazendo algumas reflexões

²¹ KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP). IN: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. História da Censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 567.

²² Idem, p. 571.

²³ Idem, p. 578.

²⁴ FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O Acervo do DEOPS Paulista e o movimento sindical. IN: AQUINO, M. et al. (orgs.), op. cit., p. 179.

que envolvem a problemática da censura e da colaboração que pautou as relações entre a grande imprensa e o Estado autoritário. A partir desta abordagem, são discutidas as características das reportagens publicadas sobre os *arrepentimentos* e dos discursos dos chamados *arrepentidos*. Analisam-se quais eram as mensagens contidas nos depoimentos destes últimos, na tentativa de se perceber alguns dos objetivos governamentais ao apresentá-los publicamente. Neste sentido, pretende-se compreender como os depoimentos foram utilizados pelo governo e serviram para divulgar certas mensagens e propagandear o regime.

A propaganda é entendida aqui como um instrumento através do qual se procura disseminar determinada ideologia²⁶ que permita integrar e orientar os diversos agentes, de modo que suas ações se coordenem e caminhem num mesmo sentido e direção. Compreendida enquanto um fenômeno social, se caracteriza por ser constituída de componentes diversos, fazendo parte de uma realidade mais ampla, formada pelo conjunto das relações sociais em determinado momento histórico.²⁷

Segundo Néelson Garcia, o que nos permite identificar a propaganda, o que a caracteriza enquanto tal, é o seu caráter intencionalmente persuasivo. Conforme o autor:

“Os que a realizam visam induzir outros a se comportar de determinada maneira, procurando impedi-los de agir por outra, de modo a lograr a consecução de seus objetivos. Há diversas situações onde existe a transmissão de ideologia, mas a ausência da intencionalidade impede que se possa falar em propaganda.”²⁸

²⁵ Idem.

²⁶ Para a definição de ideologia, utilizamos o estudo de John Thompson, que propõe conceituá-la “em termos de maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas.” THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 83.

²⁷ GARCIA, Néelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980)*. São Paulo: Loyola, 1990. p. 9. Vale observar que há estudos históricos que questionam o tratamento da propaganda enquanto uma forma de controle ideológico. Em seu livro *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*, o historiador Carlos Fico aponta algumas limitações do referido enfoque. Para ele, a ênfase na “intenção” de quem faz a propaganda tende a originar explicações mecanicistas, como a de que à mobilização social corresponderia uma reação em termos de propaganda, que, por sua vez, anularia aquela mobilização. Segundo o autor, este foco de análise tende a obscurecer o fato de que tal produção não possui significações completamente dadas e que um sentido só se realiza quando alguém entra em contato com aquela propaganda, mesmo sendo difícil examinar tal recepção. FICO, op. cit., p.16. No presente trabalho, a análise está centrada na produção da propaganda, buscando-se perceber as “intenções” de quem a produzia, e não na sua recepção, embora a importância da mesma não seja ignorada. Portanto, leva-se em conta as limitações do enfoque adotado, mas procura-se situar a propaganda dentro do contexto da época e estabelecer relações entre esta e o público ao qual estava direcionada, a fim de se evitar cair em explicações reducionistas.

²⁸ Idem, p. 11.

As atividades persuasivas governamentais tornam-se mais intensas nos momentos em que surgem condições importantes para uma transformação social profunda. Pode-se observar que nos regimes autoritários a propaganda tem sido mais constante e sistemática, pois é nestas experiências que as ameaças de mudança estão presentes com maior intensidade, e a transformação em si mesma é vista como uma ameaça. Como afirma Weber:

“De modo geral, nos regimes ditatoriais a propaganda política requer maior organização, centralização e controle do que nos regimes democráticos, pois além de auxiliar a conquistar a adesão das classes subalternas e adversários políticos ao projeto do regime, ela deve colaborar no combate aos movimentos oposicionistas. Em tais situações, a construção de redes de comunicação é estratégica, pois através delas as dissidências e os inimigos do regime podem ser controlados. A censura à informação, o exercício da coerção legal, e os controles técnicos (controle da compra do papel) e financeiros (investimento publicitário, o recolhimento de edições) são algumas das táticas mais adotadas pelos regimes autoritários”.²⁹

Assim, em tais condições, a comunicação oficial cumpre a função de disseminar a ideologia do regime e justificar o controle político, econômico e técnico da sociedade. Para governar em um contexto autoritário é necessário obter este controle social e, muitas vezes, um certo consenso.³⁰ A fim de obtê-lo, se faz indispensável o uso dos meios de comunicação em geral, e da propaganda em particular.

O desenvolvimento deste capítulo pautou-se, sobretudo, pela análise da imprensa da época, principalmente dos jornais. A investigação teve início nos jornais gaúchos *Zero Hora* e *Correio do Povo*, consultados em suas edições diárias, a partir de maio de 1970. Como percebemos que este trabalho seria muito exaustivo, visto a necessidade de serem analisadas todas as edições dos periódicos indicados até meados de 1975, período em que teria sido veiculado o último episódio de *arrepentimento*, optou-se por uma busca em apenas um dos jornais citados, dia após dia, realizando um rastreamento de todos os chamados *arrepentimentos*, seus protagonistas e as mensagens vinculadas a estes. Foi escolhido, para tanto, o *Correio do Povo*.³¹

²⁹ WEBER, Maria Helena. *Ditadura e sedução* (Redes de Comunicação e Coerção no Brasil – 1969 – 1974). (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 28.

³⁰ Idem, p. 30.

³¹ Na pesquisa preliminar, percebeu-se que as reportagens mais completas sobre o tema eram justamente aquelas publicadas por este jornal. O periódico foi fundado em 1895, pelo sergipano Francisco Vieira Caldas Junior. Na década de setenta, o *Correio* era o jornal de maior circulação e tradição no Rio Grande do Sul. Para mais informações ver: MUSEU de Comunicação Social Hipólito José da Costa: 30 anos. Porto Alegre: Corag, 2005. Falaremos mais deste periódico e de sua vinculação com o regime ditatorial no Capítulo 2. Vale ressaltar que, a medida em que eram localizadas as reportagens sobre os *arrepentimentos* e a data de sua publicação na

No entanto, a pesquisa realizada no *Correio* no período compreendido entre maio de 1970 e junho de 1975 evidenciou lacunas. Nesse sentido, por vezes, apareciam notícias que faziam referências a militantes que teriam se *arrependido* anteriormente; porém estes *arrependimentos* não haviam sido divulgados pelo mesmo veículo. Sentiu-se assim a necessidade de se realizar uma pesquisa em um órgão de grande circulação nacional, para complementar o quadro esboçado. Tornava-se, portanto, indispensável escolher entre um dos principais jornais do eixo Rio-São Paulo: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. Como no Rio Grande do Sul não há um acervo que contemple todas as edições de algum destes jornais, pelo menos segundo nos foi possível localizar (há apenas números isolados destes, alguns com seguimentos de poucos meses, que se encontram no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa), a pesquisa foi realizada em São Paulo, onde consultamos o jornal *Folha de São Paulo*.³² Inicialmente, pretendia-se examinar todas as edições que compreendessem o período pesquisado, ou seja, de 1970 a 1975. Devido às dificuldades para se consultar o referido jornal, tanto em função do custo econômico como pela limitação de tempo, foram analisados os números do período de maio de 1970 até dezembro de 1972.

É importante frisar que a decisão de consultar outro periódico indica alguns dos limites desta investigação: o mapeamento realizado dos *arrependimentos* tem por base as reportagens publicadas nestes dois periódicos (*Correio do Povo* e *Folha de São Paulo*), mas é provável que alguns depoimentos não tenham sido veiculados nos mesmos; ou seja, pôde-se indicar e analisar um número aproximado de processos de retratação, mas não a totalidade destes.

Tratando-se da imprensa escrita, também se buscou analisar as reportagens veiculadas em revistas de circulação nacional, embora de forma não sistemática. Foram pesquisados os números da revista *Manchete* lançados entre julho e dezembro de 1970 e alguns exemplares da revista *Veja*. A pesquisa na *Manchete* foi realizada a partir da afirmação de um dos depoentes de que o primeiro jornalista que lhe teria entrevistado na época trabalhava para este periódico. Buscou-se então encontrar a reportagem indicada e outras que tivessem sido

imprensa, buscava-se consultar os exemplares dos outros dois grandes jornais gaúchos (*Zero Hora* e *Diário de Notícias*) na referida data, para checar a repercussão dos depoimentos nestes veículos de comunicação e ampliar a base de dados.

³² A opção se justifica pelo fato de que todas as edições da *Folha* referentes ao período estudado estão microfilmadas na Biblioteca Pública Mário de Andrade. As máquinas de leitura destes microfilmes contam com impressoras, permitindo que se reproduza o material localizado, o que agiliza muito o trabalho. Para mais informações sobre o periódico, consultar: KUSHNIR, *Cães de Guarda*, op. cit.; AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário*. Bauru: Edusc, 1999.

publicadas pelo veículo.³³ No início, pensou-se em analisar algumas publicações da imprensa alternativa³⁴, para se compreender como os *arrepimentos* foram tratados por esta. Contudo, na pesquisa efetuada nos exemplares do jornal *O Pasquim* entre os meses de maio e setembro de 1970, não foi possível localizar nenhuma referência aos episódios estudados. Em função do grande número de outras fontes que fazia-se necessário pesquisar, a consulta aos exemplares do *Pasquim* não teve continuidade.

Foram igualmente pesquisados jornais e manifestos clandestinos produzidos por algumas organizações de combate ao regime civil-militar. Este material encontra-se no acervo do CEDEM – Centro de Documentação e Memória das Esquerdas no Século XX, ligado à UNESP, e parte dele está digitalizado e disponibilizado aos pesquisadores. Na documentação referida, foram encontradas referências aos depoimentos de *arrepimento*, que serão discutidas ao longo deste segundo capítulo.

Além das fontes já citadas, serão examinados dois programas de televisão da época nos quais houve a participação de *arrepidos*. O primeiro é uma entrevista de Massafumi Yoshinaga ao repórter da TV Tupi Almir Guimarães, exibida no *Telejornal Ultra-Notícias do Dia*³⁵, na edição de 02 de julho de 1970.³⁶ O segundo é um programa com Massafumi, Rômulo Fontes e Marcos Vinício Fernandes dos Santos, gravado no dia 23 de julho de 1970 na TV Tupi, mas exibido por inúmeras redes de televisão. Neste programa, repórteres de cinco emissoras paulistas elaboraram perguntas, que foram respondidas pelos três jovens.³⁷

³³ A reportagem, indicada por Celso Lungaretti, foi publicada no dia 1º de agosto de 1970, com o título “Terroristas do Brasil ouvi-me”. Em entrevista a Murilo Melo Filho, Lungaretti teria dito: “Eu vim do terror. E se pudesse iniciar esta entrevista com algum apelo diria logo de saída o seguinte: ‘terroristas do Brasil, ouvi-me’.” Seguem declarações do mesmo, contando como havia mergulhado na clandestinidade, como funcionava a organização da qual era membro e como havia iniciado seu “processo de decepção”. *Manchete*, 1º de agosto de 1970, p. 130-131. A questão das retratações foi abordada novamente pelo periódico em outubro, com a notícia “O terrorismo brasileiro está com as fileiras destroçadas e entrou em recesso. Até quando?” *Manchete*, 03 de outubro de 1970. p. 124-125.

³⁴ A imprensa alternativa procura ocupar o espaço deixado pela imprensa convencional, não se apresentando como neutra, mas a serviço de determinados grupos (associações, sindicatos, partidos, minorias, entidades religiosas). Segundo Aquino, no que tange à produção das informações, ela “busca recuperar a figura do jornalista/repórter que constrói pela pesquisa a matéria a ser veiculada.” AQUINO, *Censura, imprensa e Estado autoritário*, op. cit., p. 122. Geralmente a imprensa alternativa é sustentada pelos recursos oriundos da venda de exemplares em bancas e por meio de assinaturas. Pode ser organizada em termos empresariais ou como propriedade coletiva de um grupo de jornalistas.

³⁵ O telejornal *Ultra-Notícias do Dia*, patrocinado pelo grupo que lhe fornece o nome, foi veiculado de segunda-feira a sábado, no período compreendido entre o início de janeiro de 1965 e o final de setembro de 1971, pela extinta TV Tupi de São Paulo, Canal 4.

³⁶ Esta gravação compõe o acervo da TV Tupi, que se encontra na Cinemateca Brasileira, em São Paulo. Pode-se assistir a gravação no local, mas não é permitida sua duplicação. Para possibilitar a análise do conteúdo da entrevista, será utilizada uma transcrição da mesma, fornecida por um dos funcionários da Cinemateca.

³⁷ A cópia em VHS do programa, cujo título atribuído é “Três subversivos arrependidos”, foi encontrada no acervo da Presidência da República, e hoje compõe o acervo do Arquivo Nacional, com sede no Rio de Janeiro. Após contato com a Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional do Brasil,

Além destes, também será analisada uma reportagem produzida recentemente pelo jornalista Fernando Molica, exibida no *Jornal da Globo* do dia 08 de novembro de 2005, que apresenta imagens da época e conta com entrevistas realizadas pelo jornalista com alguns militantes que participaram dos processos de retratação, como Rômulo Fontes, Marcos Vinício Fernandes dos Santos, Celso Lungaretti e o tio de Massafumi Yoshinaga, Akitoshi.

Como grande parte deste capítulo é desenvolvida a partir da análise da imprensa escrita do período, torna-se importante traçar algumas considerações sobre o uso de fontes jornalísticas no trabalho de pesquisa histórica. A periodicidade dos jornais e revistas, a quantidade e qualidade das informações disponíveis, as imagens, os fatos destacados e os tangenciados, tudo isso nos permite conhecer mais sobre o dia-a-dia de determinada época. No entanto, são necessários alguns cuidados teóricos e metodológicos para não se tomar as notícias veiculadas pelos meios de comunicação como a “verdade” sobre o acontecido, ou como simples manipulações maquiavélicas em favor dos interesses de determinados grupos, evitando-se assim cair em simplificações ou analisar tais fontes sem uma crítica adequada. Márcia Janete Espig, em artigo intitulado *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado*³⁸, afirma que um dos problemas centrais no tratamento dado aos jornais pelos historiadores “é a ausência de uma crítica interna ao conteúdo jornalístico, e sua utilização como se este fosse uma fonte precisa, no qual a informação é válida por si mesma.”³⁹ Torna-se necessário, portanto, levar em consideração o contexto no qual estes documentos surgiram, a forma como as notícias eram produzidas, para qual público se destinavam, quais significados e sentidos se propunham a criar, do que falavam e sobre o que silenciavam. É preciso pensar também a respeito do grupo ao qual o veículo de comunicação investigado era vinculado, e quais os interesses que este procurava atender. No caso específico desta análise, é essencial examinar questões centrais para o entendimento das diversas formas de atuação da imprensa na época, como a censura, a autocensura e a propaganda política. Revela-se igualmente importante refletir sobre o posicionamento político e ideológico dos periódicos aqui analisados e quais as relações e mediações estabelecidas entre eles e determinados setores do governo civil-militar, o que será feito também no presente capítulo.

uma cópia desta fita nos foi enviada para estudo e análise. “Três subversivos arrependidos” 1970 (?) / p&b/ sonoro / 42’47” – TV Tupi.

³⁸ ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. 24, n. 2, p. 269-289, dezembro de 1998.

³⁹ Idem, p. 274.

Na interpretação destas fontes, é preciso ainda cotejá-las e complementá-las com outros documentos. Segundo Cláudio Pereira Elmir, “a história, para ser construída enquanto resultado de investigação rigorosa, precisa de muitas mediações e de muitos documentos”⁴⁰. Em artigo denominado *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*, o autor aborda importantes questões relativas ao uso do jornal como fonte de pesquisa, como o problema da qualidade da interpretação que conseguimos estabelecer com este documento, distinguindo-se o que é significativo para a compreensão do nosso objeto do que é apenas casual. Elmir afirma:

“E para que esta correta interpretação aconteça, a regularidade, a constância da idéia encontrada é muito importante. E só é possível perceber regularidade na medida em que o pesquisador possa ter acesso a uma série de discursos que é a condição do estabelecimento da regularidade, da repetição ou, ao contrário, da inconstância, da ocasionalidade e, talvez por isso, do necessário descarte. Em pesquisa com jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia.”⁴¹

Elmir também nos alerta para outras armadilhas, como a tendência a “enxergar no texto o sintoma, o exemplo, a representação ou a ilustração da idéia que queremos provar”; esta postura pode nos levar a superestimar ou subestimar o nosso objeto de análise.

O terceiro capítulo discutirá, inicialmente, a construção das memórias relativas ao período ditatorial e, no âmbito destas, serão examinadas as memórias específicas dos *arrepentidos*. Neste sentido, apresentam-se e analisam-se fragmentos de suas falas, buscando-se problematizar as lembranças acerca de suas histórias de vida. Procura-se, assim, refletir a respeito das memórias que tais militantes elaboraram e elaboram hoje sobre os referidos episódios e examinar qual sua compreensão acerca das retratações por eles protagonizadas. Além disso, pretende-se discutir sobre como estas memórias podem contribuir para o debate coletivo referente às questões que envolvem as práticas da militância de esquerda dos anos 1960 e 1970, a forma como essas foram reprimidas e o trauma social causado pela ditadura brasileira.

Ao longo deste capítulo, serão analisadas principalmente as entrevistas realizadas pela autora com os *arrepentidos*, além de depoimentos concedidos por eles à imprensa ou publicados em livros e *sites* da rede mundial de computadores. Neste sentido, é necessário

⁴⁰ ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n.13, dez. 1995, p. 19-29. p. 22.

apresentar algumas considerações metodológicas relativas às entrevistas de história oral construídas ao longo desta investigação.

Para a obtenção das mesmas, buscou-se localizar estes militantes através de redes de contato, pesquisa em listas telefônicas e *sites* da internet. Não houve um critério prévio e rígido de seleção dos depoentes, mas uma tentativa de contatar tantos quanto fossem possíveis, devido às dificuldades de comunicação com os mesmos. Neste trabalho de localização, foram essenciais as indicações de Nilson Mariano e Fernando Molica, jornalistas que realizaram reportagens sobre os *arrepentimentos* e gentilmente repassaram à autora telefones e endereços.

O primeiro contato foi realizado com Celso Lungaretti, por meio de uma mensagem eletrônica. O militante, que concedeu o depoimento público de retratação em julho de 1970, após um longo período de torturas, logo se mostrou disposto a participar do trabalho. Sua entrevista ocorreu em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo. Através de Lungaretti, foi possível chegar a Gilson Theodoro de Oliveira, que participou do primeiro episódio de *arrepentimento*, em maio de 1970. Após ser contatado por telefone, Gilson concordou em conceder a entrevista. Neste período, além destes ex-militantes, realizou-se igualmente uma entrevista com Akitoshi Yoshinaga, tio de Massafumi, que se suicidou em 1976.

Rômulo Romero Fontes, que também integrou o primeiro grupo de *arrepentidos*, foi contatado através dos dados fornecidos pelo jornalista Fernando Molica. O período de negociação estendeu-se por vários meses; em razão de compromissos pessoais do depoente e das dificuldades de deslocamento até São Paulo, adiou-se o encontro por um período considerável. Enviou-se então um roteiro de questões a Fontes, conforme solicitado por ele, e a entrevista foi realizada durante uma segunda viagem de pesquisa a São Paulo, em fevereiro de 2007. Nesta data, também foi possível conversar com Gustavo Guimarães Barbosa, localizado através de pesquisa na rede mundial de computadores. Gustavo era militante da VAR-Palmares de Goiás e retratou-se publicamente em agosto de 1970, junto com três companheiros da referida organização. Entre eles, estava João Arnolfo, também contatado via mensagem eletrônica. O militante, inicialmente, concordou em participar da pesquisa, disponibilizando-se a fornecer materiais e informações. Posteriormente, optou por responder à entrevista por escrito. Elaborou-se então um roteiro que foi enviado a ele. Manteve-se contato por um longo período; ao final, no entanto, Arnolfo não concedeu a entrevista, conforme abordaremos de forma mais detalhada no terceiro capítulo.

⁴¹ Idem, p. 23.

Em Porto Alegre, foi entrevistado o ex-militante da VPR, Irgeu João Menegon, que em dezembro de 1970 negou-se a ser incluído na lista de militantes que seriam trocados pela liberdade do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher⁴², protagonizando então uma retratação junto com outros presos políticos, os quais também teriam se recusado a deixar o país.

Por fim, no primeiro semestre deste ano, contatamos Fernando Ponte de Souza, ao qual foi atribuído um depoimento de *arrepentimento*, em novembro de 1970. Ponte, hoje professor da Universidade Federal de Santa Catarina, prontamente se dispôs a participar da pesquisa. Devido às dificuldades de tempo e deslocamento, ele respondeu a um roteiro de questões enviado por meio de mensagem eletrônica.

Além dos nomes citados, foram entrevistados dois militantes do Rio Grande do Sul, que não protagonizaram *arrepentimentos* públicos, mas que tiveram atuação significativa na resistência ao regime civil-militar. São eles: João Aveline, histórico militante comunista gaúcho, e Cláudio Gutierrez, que participou do movimento estudantil e da resistência armada contra a ditadura. Tais entrevistas, além de nos auxiliar nas reflexões sobre estes processos e suas repercussões no seio da esquerda, tiveram como objetivo coletar dados e checar nomes e informações.

Em relação à forma como os depoimentos orais foram organizados e coletados, também são necessárias algumas considerações. Verena Alberti, no livro *História oral: a experiência do CPDOC*, afirma que, em geral, a partir dos propósitos da pesquisa, é necessário escolher um tipo de entrevista a ser realizada. Para Alberti, estas podem ser de dois formatos: temáticas ou de história de vida. Temáticas são aquelas que têm por objeto principal a participação do entrevistado no tema escolhido como centro da análise, enquanto que as de história de vida têm como interesse central o próprio indivíduo na história, incluindo aspectos de toda a sua trajetória, ao lado de um aprofundamento dos temas que sejam relevantes à investigação.

Como no presente estudo é essencial considerar não somente a vivência dos indivíduos pesquisados no momento dos episódios de *arrepentimento*, mas também a conexão destes com a vida pregressa e posterior dos entrevistados, optou-se por trabalhar com histórias de vida. Alberti nos adverte, no entanto, que é possível que, em determinado momento da

⁴² Bucher foi seqüestrado no dia 07 de dezembro de 1970, por um agrupamento da VPR, sob a chefia direta de Carlos Lamarca. A organização exigiu a libertação de 70 presos políticos em troca do resgate do diplomata, mas o governo impôs uma série de alterações na lista de prisioneiros e o seqüestro se prolongou por quarenta dias. GORENDER, op. cit., p. 195-196.

pesquisa, possam ser utilizados os dois tipos de entrevista como forma de abordagem. E conclui:

“É por isso que na história oral há sempre casos e casos. Dependendo do projeto e dos objetivos do trabalho, pode ser conveniente a realização de entrevistas que acompanhem a trajetória de vida dos informantes ou, ao contrário, concentrar as atenções em apenas um período específico de suas vidas, determinado cronológica e/ou tematicamente. Dependendo do entrevistado, do andamento da pesquisa e também dos objetivos da pesquisa, pode-se dar mais ênfase a questões de interesse factual ou informativo, ou a questões de cunho interpretativo, que exijam do depoente um trabalho de reflexão crítica sobre o passado. É possível ainda optar entre diferentes formas de apresentação do depoimento, desde a fita gravada, passando pela transcrição fiel com as alterações exigidas pela forma escrita, até a edição de um texto visando a publicação.”⁴³

A partir destas reflexões, buscou-se coletar informações e referências sobre as trajetórias de tais militantes e, a partir destes dados, foi elaborado um modelo de roteiro, utilizado como base das entrevistas. O roteiro e demais considerações sobre as perguntas realizadas serão apresentados no terceiro capítulo da presente dissertação.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Optou-se por não enviar as transcrições para que os entrevistados revisassem o texto, em comum acordo com os mesmos. Somente um dos entrevistados, Gustavo Barbosa, solicitou que lhe fossem enviados os registros e fez algumas revisões em seu depoimento.

Após apresentar o processo de realização das entrevistas de história oral, cabe apontar algumas considerações teóricas sobre a utilização destas e demais narrativas de memória pela pesquisa histórica.

Paul Thompson, ao tratar das contribuições da história oral, afirma que esta pode conseguir algo mais penetrante e fundamental para a compreensão da História:

“Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*.”⁴⁴

⁴³ ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989. p. 4.

⁴⁴ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 137.

Porém, ao discutir sobre o quão fidedigna é a evidência oral, o autor assegura que esta deve ser apreciada e avaliada como se avaliam todos os outros tipos de evidências históricas. No entanto, Thompson afirma que, embora ela possa de fato transmitir “informação fidedigna”, tratá-la simplesmente como um documento a mais é ignorar o valor extraordinário que possui como testemunho subjetivo, falado.⁴⁵

Neste trabalho, a história oral é utilizada tanto como fonte, quanto como objeto de análise. No primeiro caso, as informações contidas nas entrevistas foram fundamentais para a reconstituição das trajetórias dos militantes e dos processos de *arrepentimento*. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, na *Apresentação* do livro *Os usos e abusos da história oral*, chamam a atenção para o fato de que o "uso da história oral possibilita esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma."⁴⁶ No entanto, assim como propõe Thompson, além de sua utilização como documento, essas memórias foram também analisadas enquanto testemunho. Neste sentido, são importantes as reflexões de Dora Schwarzstein:

“La historia oral nos brinda elementos para comprender las maneras en que la gente recuerda e construye sus memorias. Se trata de un método que crea sus propios documentos, documentos que son por definición diálogos explícitos sobre la memoria, con el entrevistado triangulando entre las experiencias pasadas y el contexto presente y cultural en el que se recuerda. Los testimonios orales no son un simple registro, más o menos adecuado de hechos do pasado. Por el contrario, se trata de productos culturales complejos. Incluyen interrelaciones cuya naturaleza no es fácil de comprender, entre memorias privadas, individuales e públicas, entre experiencias pasadas, situaciones presentes y representaciones culturales del pasado y el presente. En otras palabras, los testimonios de historia oral están profundamente influidos por discursos y prácticas del presente y pertenecen a la esfera de la subjetividad.”⁴⁷

As palavras da autora abrem caminhos para se pensar a dimensão plural e complexa da história oral: esta nos permite interrogar sobre o processo de construção da memória, penetrar na subjetividade de nossos personagens, compreender as possibilidades que se colocavam em seus caminhos e algumas de suas escolhas; e também perceber como suas histórias são contadas, organizadas através de uma narrativa, que dá sentido ao vivido a partir do presente das testemunhas. Esta narrativa, composta de elaborações sobre o passado, é pautada pelas

⁴⁵ Idem, p. 138.

⁴⁶ AMADO, Janaína, e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 14.

referências e certezas do “hoje”; são lembranças perpassadas por uma série de experiências vividas por aquele que rememora. Outra questão importante que Schwarzstein apresenta refere-se a como essas memórias individuais estão relacionadas com outras memórias, discursos e representações presentes na sociedade, o que certamente suscita questões relevantes a respeito das relações entre lembranças individuais e coletivas.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs foi um dos principais autores a pensar, no início do século XX, a memória enquanto um “fenômeno social”. Suas reflexões “vão atar umbilicalmente memória e sociedade – devemos e ele a noção fundamental de memória social -” e buscam compreender a memória como reconstrução do passado, não como conservação.⁴⁸ Para o autor, não existem memórias exclusivamente individuais,⁴⁹ mas lembranças coletivas. De acordo com Halbwachs, a lembrança pessoal não tem sentido senão em relação ao grupo do qual o “rememorante” faz parte, pois aquela se refere a um acontecimento vivido em comum, e por isso depende do quadro de referências no qual evoluem presentemente o grupo e o indivíduo que o atestam:

“Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros.”⁵⁰

Neste sentido, o autor prioriza as estruturas coletivas da memória, vistas como concretas e objetivas. Além disso, como afirma Schmidt, ele “dá destaque ao presente no processo de formação das recordações; despreza os componentes afetivos, percebidos como

⁴⁷ SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. *História Oral*. Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n. 4, 73 – 83, junho de 2001. p. 73.

⁴⁸ SEIXAS, Jacy Alves de. Halbwachs e a memória - reconstrução do passado: memória coletiva e história. *História*, São Paulo, 20: 93 – 108, 2001. p. 95.

⁴⁹ Portelli problematiza esta questão, ao afirmar que não se pode esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: “pessoas, e não grupos, se lembram. Mesmo quando Maurice Halbwachs afirma que a memória individual não existe, sempre escreve ‘eu me lembro’.” O autor também chama a atenção para o fato de que Halbwachs descreve como um processo individual uma atividade essencial da memória: o esquecimento. PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. IN: AMADO; FERREIRA, op. cit., p. 127.

⁵⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 54.